

# A Sustentabilidade Ambiental dentro das organizações

**Ana Paula Teixeira Santos**

Administradora de empresas graduada pela PUC-SP. Analista de Marketing e Comunicação da Intertox.

## RESUMO

Entre os principais problemas que ameaçam a sobrevivência das próximas gerações podemos destacar o crescimento demográfico, a limitação dos recursos indispensáveis à vida e o aumento contínuo dos níveis de produção. Baseado nesses fatores veremos a perspectiva de futuro das populações elaborada por Malthus e Hardin (perspectiva pessimista) e a perspectiva elaborada por Adam Smith e Julian Simon (perspectiva otimista). Será abordado também como a Sustentabilidade pode melhorar as empresas protegendo-as, gerenciando-as e promovendo seu crescimento. Apresentaremos uma comparação das principais características que diferenciam uma empresa com Visão Tradicional (reativa) de uma empresa com Visão Sustentável (proativa), e também abordaremos como os termos Ética e Moral estão ligados às ações das empresas, principalmente suas ações sustentáveis.

**Palavras-chave:** Sustentabilidade; Gestão Ambiental; Empresas; Recursos Ambientais; Responsabilidade Social.

**ABSTRACT**

Among the main issues that threaten the survival of future generations it is possible to highlight the demographic growth, limitation of resources required for living, and the continuous increase in production levels. Based on these factors it will be presented the prospect of future populations developed by Malthus and Hardin (pessimistic outlook) and the prospect elaborated by Adam Smith and Julian Simon (optimistic outlook). Furthermore, it will be discussed how the Sustainability can improve companies, protecting, managing and promoting their growth. It will be presented a comparison of the main features that differentiate a company with a Traditional View (reactive) from a company with a Sustainable Vision (proactive), and also it will be discussed how the terms Ethics and Moral are linked to the procedures of companies, especially their sustainable actions.

**Keywords:** Sustainability; Environmental Management; Companies; Resources; Social Responsibility.

## INTRODUÇÃO

Sustentabilidade é um modo de suprir as necessidades humanas sem comprometer as futuras gerações.

A responsabilidade de uma empresa pelo carbono emitido, começa na extração ou na manufatura de matérias-primas e estende-se por toda a cadeia produtiva e além dela, para as emissões associadas ao consumo e ao descarte do produto consumido (seus cartuchos e suas embalagens).

A empresa sustentável do século XXI é aquela que avalia todo o ciclo de vida do produto, calcula suas emissões de carbono e desenvolve uma estratégia de minimização e, no longo prazo, de eliminação desse conteúdo de carbono. A “descarbonização” é a única meta aceitável em uma estratégia de sustentabilidade no longo prazo. Para a maioria dos produtos e serviços ofertados no mercado global, é possível obter reduções significativas das emissões de carbono ou do grau de carbonização recorrendo a tecnologias já disponíveis.

O que forçará mudanças no perfil de carbono da demanda e da produção de bens e serviços? Com certeza, os fatores mais determinantes serão o aumento e redefinição da ação regulatória do Estado e a presença crescente de um novo agente regulador: a agência multilateral ou global.

Leilões de cotas e créditos de emissões de carbono, impostos sobre carbono, regras restritivas e proibições diretas de determinadas práticas e usos se tornarão frequentes e comuns nos próximos anos. Quem não se adaptar a esse novo cenário perderá competitividade, mercado e, no limite, não conseguirá sobreviver nele.

O Brasil é o único país do mundo de grande extensão territorial que concentra o transporte de cargas no modelo rodoviário. O país tem desprezado as ferrovias e hidrovias como meio de transporte de cargas de

longa distância. Essas distorções no sistema de transportes fazem com que ele seja um grande emissor potencial de gases de efeito estufa.

As políticas energéticas em diferentes países estão sendo progressivamente reorientadas, a fim de atingir, no longo prazo, padrões de produção e uso de energia que levem em consideração três fatores (segurança do abastecimento e disponibilidade de recursos energéticos; busca de flexibilidade da demanda; preocupação e responsabilidades ambientais).

### **Exemplos dessa tendência:**

**Setor de transportes:** os carros flex bi ou tricombustível e os carros híbridos, especialmente associados à tecnologia plug-in<sup>1</sup>, e o papel crescente do uso de biocombustíveis de primeira geração a partir de matérias-primas agrícolas, como o etanol (proveniente da cana-de-açúcar, no Brasil, e proveniente do milho, nos Estados Unidos) e o biodiesel, produzido a partir de diferentes oleaginosas.

**Geração de eletricidade:** o papel crescente das centrais eólicas em diferentes países e as novas tecnologias visando reduzir o nível de emissões das centrais a carvão.

**Programas de eficiência energética:** diferentes tecnologias e equipamentos reduzindo o consumo de energia, além de programas de gestão da demanda e novas regulamentações fixando padrões de consumo eficiente para diferentes equipamentos.

O futuro do setor de petróleo e gás natural está fortemente vinculado às transformações advindas do setor de transportes, no qual predomina o uso de derivados do petróleo, porém, a grande e longa transição aponta para uma corrida tecnológica cujo objetivo é abastecer o automóvel do futuro. É provável o surgimento de uma grande variedade de iniciativas em

---

<sup>1</sup> Um automóvel híbrido *plug-in* possui dois motores, sendo: um motor elétrico e um de apoio (o tradicional, motor a explosão) a bateria usada para alimentar o motor elétrico pode ser carregada através de uma tomada, isso faz com que o carro opere com uma quantidade significativamente reduzida de combustível fóssil.

biocombustíveis, que devem concorrer com iniciativas em outras tecnologias que seriam mutuamente exclusivas: células a combustível, carros elétricos, veículos híbridos. (ZYLBERSZTAJN e LINS, 2010).

### **As 5 dimensões da Sustentabilidade**

A Gestão Ambiental resume-se em um sistema de atividades de planejamento, responsabilidades, práticas, processos e recursos para desenvolver, atingir, analisar e manter a política ambiental. O objetivo é fazer a empresa minimizar os impactos e efeitos negativos provocados no ambiente por suas atividades de produção, seja produtos ou serviços.

Empresas que aderiram a gestão ambiental com responsabilidade, vivenciam os benefícios da sustentabilidade em suas diferentes esferas organizacionais (benefícios econômicos, benefícios estratégicos e incremento da receita corporativa).

Pensar em Sustentabilidade é pensar grande, pensar amplo. E é por isso que alguns autores afirmam que a Sustentabilidade pode ser dividida em **cinco dimensões**<sup>2</sup> :

**Sustentabilidade Social** – a criação de um processo de desenvolvimento sustentado por uma civilização com igualdade na distribuição de renda e de bens, de modo a reduzir as diferenças entre os padrões de vida dos ricos e dos pobres. Alguns autores incluem aqui, na Sustentabilidade Social, os programas e ações de conscientização da sociedade que visam posicioná-la contra o consumismo exagerado e supérfluo, fortemente visível no presente século.

---

<sup>2</sup> A abordagem da Sustentabilidade dividida em 5 dimensões foi formulada primeiramente por Ignacy Sachs e pode ser verificada em SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento includente, sustentável e sustentado**. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 2004, p. 15-16 e TINOCO, João Eduardo. KRAEMER, Maria Elisabeth. **Contabilidade e Gestão Ambiental**. São Paulo: Editora Atlas, 2004, p. 137.

---

SANTOS, Ana Paula Teixeira. A Sustentabilidade Ambiental dentro das organizações. *RevInter Revista Intertox de Toxicologia, Risco Ambiental e Sociedade*, v. 7, n. 3, p. 69-100, out. 2014.

**Sustentabilidade Econômica** – alcançada através do gerenciamento eficiente dos recursos e de um fluxo constante de investimentos públicos e privados.

**Sustentabilidade Ecológica** – alcançada através da limitação do consumo de combustíveis fósseis e demais recursos facilmente esgotáveis, redução dos resíduos e da poluição através da conservação de energia, de recursos naturais e da reciclagem. Inclui-se aqui, a busca pela substituição de recursos não-renováveis por alternativas renováveis e de menor impacto ambiental e social.

**Sustentabilidade Espacial** – dirigida para a obtenção de um cenário rural-urbano mais equilibrado e com melhor distribuição territorial dos assentamentos humanos e das atividades econômicas.

**Sustentabilidade Cultural** – inclui a procura por raízes endógenas de processos de modernização e de sistemas agrícolas integrados, que facilitam a geração de soluções específicas para o local, o ecossistema, a cultura e a área.

Para planejar um modelo de desenvolvimento que pretenda ser sustentável, deve-se considerar todas as dimensões envolvidas direta e indiretamente no negócio, e também conhecer os objetivos do desenvolvimento sustentável:

- Retomar o crescimento.
- Alterar a qualidade do desenvolvimento.
- Atender às necessidades essenciais de emprego, alimentação, energia, água e saneamento.
- Manter um nível populacional sustentável.
- Conservar e melhorar a base de recursos.
- Reorientar a tecnologia e administrar o risco .

- Incluir o meio ambiente e a economia no processo de tomada de decisões.

Sob a atual pressão mercadológica e da sociedade, a empresa que não incorporar o conceito de sustentabilidade, verdadeiramente, em sua gestão de negócios e não apenas no discurso ou nas ações de marketing, provavelmente terá dificuldades em sobreviver às próximas décadas.

Uma montadora de automóveis não pode, por exemplo, usar recursos de comunicação para se vangloriar de “ser ambientalmente correta” apenas por adotar tapetes feitos a partir da reciclagem de garrafas pet, ignorando os impactos causados ao meio ambiente ao longo do ciclo de vida desse meio de transporte. Um carro é fabricado a partir de mais de uma tonelada de aço, além de utilizar borracha, vidro e plástico, e é movido a combustível fóssil. A indústria de transporte é uma das mais poluidoras do mundo. Sendo assim, associar a gestão sustentável à utilização de tapetes reciclados não pode ser considerado um exemplo de sustentabilidade, pois corresponde apenas a uma ação de marketing. (ZYLBERSZTAJN e LINS, 2010).

### **Políticas Públicas Ambientais**

Segundo Barbieri (2007), entende-se por *Política Pública Ambiental* o conjunto de objetivos, diretrizes e instrumentos de ação que o poder público dispõe para produzir efeitos desejáveis sobre o meio ambiente.

À medida que os problemas surgiam a gestão ambiental começou a ser desenvolvida e implantada pelos governos dos Estados nacionais, de modo que as primeiras manifestações de gestão ambiental procuravam solucionar problemas de escassez de recursos vitais à subsistência humana e animal, só após a Revolução Industrial os problemas ligados à poluição começaram a ser tratados de modo sistemático. Durante muito tempo as iniciativas dos governos eram quase exclusivamente de caráter corretivo, os governos só

enfrentavam os problemas ambientais depois que eles já tinham sido criados, isso ainda ocorre explicitamente em muitas situações, inclusive em países considerados de primeiro mundo. Foi a partir dos anos 1970 que vários países começaram a desenvolver políticas governamentais que tratassem as questões ambientais de modo integrado e, inclusive, introduzindo uma abordagem preventiva. Os debates sobre a relação entre meio ambiente e desenvolvimento urbano e os acordos ambientais multilaterais contribuíram, e muito, para essa mudança de comportamento e de políticas públicas integradas.

Como reflexo das políticas públicas ambientais há diversos instrumentos de comando e controle operando, fiscalizando, monitorando e auditando empresas de diversos setores e segmentos de atuação. Esses instrumentos também são chamados de instrumentos de regulação direta e objetivam alcançar as ações que degradam o meio ambiente, limitando ou condicionando o uso de bens, a realização de atividades e o exercício de liberdades individuais em benefício da sociedade como um todo. Trata-se do exercício do poder de polícia dos entes estatais, que manifesta-se por meio de proibições, restrições e obrigações impostas às organizações e aos indivíduos através de normas legais.

A seguir veremos a classificação e os tipos mais comuns de ***Instrumentos de Política Pública Ambiental***<sup>3</sup>:

#### **Referente a Comando e Controle:**

- Padrão de emissão
- Padrão de qualidade
- Padrão de desempenho

---

<sup>3</sup> BARBIERI, José Carlos. **Gestão ambiental empresarial: conceitos, modelos e instrumentos**. São Paulo: Ed. Saraiva, 2007, p.73.

---

SANTOS, Ana Paula Teixeira. A Sustentabilidade Ambiental dentro das organizações. *RevInter Revista Intertox de Toxicologia, Risco Ambiental e Sociedade*, v. 7, n. 3, p. 69-100, out. 2014.

- Padrões tecnológicos
- Proibições e restrições sobre produção, comercialização e uso de produtos e processos.
- Licenciamento ambiental
- Zoneamento ambiental
- Estudo prévio de impacto ambiental.

**Referente ao Econômico:**

- Tributação sobre poluição
- Tributação sobre uso de recursos naturais
- Incentivos fiscais para reduzir emissões e conservar recursos
- Remuneração pela conservação de serviços ambientais
- Financiamentos com condições especiais.
- Criação de mercados de produtos ambientalmente saudáveis
- Permissões negociáveis
- Sistema de depósito-retorno
- Poder de compra do Estado (licitações sustentáveis ou fornecedores ecologicamente corretos)

**Outros:**

- Apoio ao desenvolvimento científico e tecnológico
- Educação ambiental.
- Unidades de conservação
- Informações ao público.

Dentre todos esses tipos de instrumentos de política pública ambiental os **três tipos de maior importância** são: **padrões de qualidade ambiental, padrões de emissão e padrões tecnológicos.**

Os padrões de qualidade ambiental se referem aos níveis máximos admitidos para os poluentes de um dado segmento do meio ambiente, são segmentados em ar, água e solo. Esses níveis são estabelecidos como médias aritméticas ou geométricas de concentração diária ou anual, permitindo com isso, incorporar as variações climáticas que afetam a dispersão e a concentração dos poluentes.

Os padrões de emissão se referem aos lançamentos de poluentes individualizados por fonte aos lançamentos de poluentes individualizados por fontes fixas ou estacionárias, como os armazéns, as fábricas e as lojas, ou fontes móveis, como os automóveis, caminhões, embarcações e outros veículos. Os padrões de emissão estabelecem uma quantidade máxima aceitável de cada tipo de poluente por fonte poluidora (ex. 0,5 mg/l de chumbo) ou uma quantidade máxima por unidade de tempo (ex. “X” toneladas de dióxido de carbono por dia, mês ou ano). Há um tipo especial de padrão de emissão que estabelece exigências no desempenho das máquinas, equipamentos e operações fabris, com o objetivo de reduzir a emissão de poluentes específicos a um nível aceitável, como normas legais que estabelecem valores máximos permitidos para as emissões de gases e fumaça em veículos automotores (ex. limite máximo de emissão de monóxido de carbono de veículos automotores: 24g/km).

O controle da poluição pode ser estabelecido através dos meios e recursos tecnológicos que as fontes poluidoras adotarem. É importante compreendermos que o termo “tecnologia” abrange não somente *softwares* e programas com linguagem computacional, mas inclui também máquinas, instalações, ferramentas, materiais e outros elementos físicos de um estabelecimento ou uma unidade produtiva, práticas administrativas e operacionais ex: avaliação de fornecedores, especificar e selecionar SANTOS, Ana Paula Teixeira. A Sustentabilidade Ambiental dentro das organizações. RevInter Revista Intertox de Toxicologia, Risco Ambiental e Sociedade, v. 7, n. 3, p. 69-100, out. 2014.

materiais, métodos de inspeção, roteiro da produção, planejamento da manutenção e treinamento.

Segundo Barbieri (2007), definir o padrão tecnológico é uma tarefa árdua e complexa para a alta administração da empresa, pois além das tecnologias estarem em constante evolução elas representam ativos de posse privativa daqueles que as desenvolvem, de forma que a melhor tecnologia para certa finalidade nem sempre está disponível para todos os agentes produtivos, devido a isto, o padrão tecnológico a ser adotado precisa sempre considerar a disponibilidade da tecnologia. Em geral, o padrão tecnológico é estabelecido após consultas com especialistas, fornecedores de tecnologia e os responsáveis pelas unidades produtivas. O objetivo de todas essas consultas é alcançar consenso entre as partes quanto ao melhor padrão tecnológico disponível a ser adotado.

De acordo com os estudos de Barbieri, as empresas se utilizam de dois importantes critérios para auxiliá-las na escolha da tecnologia que irão adotar em seus processos produtivos. Um desses critérios se baseia no conceito de *Melhor Tecnologia Disponível* e o outro se baseia na *Melhor Tecnologia Disponível que Não Acarreta Custo Excessivo*<sup>4</sup>. Este segundo critério procura evitar que a empresa adote um padrão de tecnologia que irá apresentar um resultado final muito pequeno em relação às outras tecnologias disponíveis, porém, com um custo consideravelmente mais elevado. Também tenta evitar que o custo da implementação da melhor tecnologia disponível não inviabilize os empreendimentos do ponto de vista econômico. Este segundo critério (*Melhor Tecnologia Disponível que Não Acarreta Custo Excessivo*) é muito utilizado nos Estados Unidos, no Reino Unido e em outros países da Europa para fixar limites máximos de emissões de poluentes. No Brasil, a prática mais usual é a definição de padrões de

---

<sup>4</sup> BARBIERI, José Carlos. *Gestão ambiental empresarial: conceitos, modelos e instrumentos*. 2ª edição. São Paulo: Ed. Saraiva, 2007, p. 75.

---

SANTOS, Ana Paula Teixeira. A Sustentabilidade Ambiental dentro das organizações. *RevInter Revista Intertox de Toxicologia, Risco Ambiental e Sociedade*, v. 7, n. 3, p. 69-100, out. 2014.

qualidade e de emissão, o critério de *Melhor Tecnologia Disponível* é usado apenas na ausência de padrões de emissão fixados em normas legais.

Entre os instrumentos de Comando e Controle podemos citar as proibições ou banimentos da produção, banimentos em comercialização e uso de certos produtos, o estabelecimento de cotas de produção, cotas para comercialização ou utilização de materiais ou recursos; o licenciamento ambiental para atividades ou obras potencialmente poluidoras e o zoneamento ambiental também são considerados instrumentos de comando e controle das poluições fabris, industriais, entre outras.

Regulamentações ambientais adequadas podem estimular o surgimento de inovações que reduzem os custos ambientais e permitem o uso mais eficiente de recursos. O problema não é a regulamentação em si, mas o modo como ela é formulada. Uma regulamentação ambiental pública rigorosa pode se tornar uma vantagem competitiva para a empresa e o país, em outras palavras, a proteção ambiental, via instrumento de comando e controle, pode ser um importante fator de competitividade das empresas e dos países. (BARBIERI, 2007, p. 84-85).

Alguns motivos por que a regulamentação é necessária:

- Cria pressões que motivam a realização de inovações pelas empresas;
- Melhora a qualidade ambiental quando a inovação não compensa o custo total da conformidade;
- Educa e alerta a empresa a respeito de ineficiências prováveis e de áreas potenciais para melhorias;
- Aumenta a probabilidade de que as inovações de produtos e processos sejam mais amigáveis ao meio ambiente;
- Cria demanda pelo aprimoramento ambiental, até que as empresas e os clientes sejam capazes de perceber e mensurar a ineficiência dos recursos como fonte de poluição;

- Ajuda a equilibrar o período de transição, assegurando que nenhuma empresa será capaz de ganhar posição por não efetuar os investimentos ambientais.

Ainda dentro do tema Políticas Públicas Ambientais, Barbieri afirma que uma política pública ambiental deve contemplar a educação ambiental e que esta deve ser usada como um de seus instrumentos. A meta da educação ambiental é desenvolver uma população consciente e preocupada com o meio ambiente, para atuar individual e coletivamente na busca de soluções para os problemas atuais e para a prevenção de novos problemas, para serem portadoras de soluções e não apenas de denúncias. Uma educação ambiental eficaz deve produzir mudanças nas próprias condutas diárias das pessoas, modificando por exemplo, seus hábitos de consumo e descarte dos resíduos (orgânicos e não orgânicos).

A eficácia de uma política pública ambiental bem elaborada depende diretamente de outras políticas públicas. É muito comum a convivência conflituosa entre diversas políticas públicas. Exemplos: uma política agrícola voltada para a produtividade pode induzir o uso abusivo de água, fertilizantes e agrotóxicos. Políticas de transportes e de energia baseadas em combustível fóssil não ajudam em nada as políticas ambientais. A falta de uma política de transporte coletivo na cidade de São Paulo estimula os indivíduos locais a utilizarem cada vez mais seus veículos particulares (carros, motos). Subsidiar combustíveis fósseis para ampliar a oferta de energia elétrica pode inviabilizar a utilização de fontes renováveis de energia. Uma política monetária baseada em altas taxas de juros, ao penalizar o setor produtivo reduzindo suas margens e, portanto, os fundos de investimentos, contribui negativamente para a atualização tecnológica das empresas, obrigando-as a operarem com equipamentos e instalações obsoletos.

Logo, é possível concluir que a falta de coerência e de interação entre as diversas ações de políticas públicas acaba e tornando um incentivo às práticas ambientais insustentáveis por parte de muitos agentes privados. Se as demais políticas públicas forem elaboradas em harmonia com a política pública ambiental esta última terá maior chance de se mostrar realmente efetiva e eficaz.

### **A Mesa Redonda**

Consumidores, financiadores, acionistas e potenciais investidores exigem cada vez mais, compromissos éticos das corporações. Não basta apenas olhar para o resultado econômico-financeiro para avaliar o desempenho de uma organização, pois na atualidade seu desempenho também é avaliado e medido levando-se em conta os resultados de todas as partes e divisões da cadeia produtiva, bem como o impacto nos recursos naturais.

Alguns acontecimentos na natureza ajudam a entender o quanto o momento é crítico e depende de mudanças efetivas nos meios de produção e nos modos de consumir.

No início dos anos 1990 surgiram novas iniciativas internacionais de rastreamento e certificação socioambiental. Indústrias de roupas, setor naval e de pesca, indústria química, mineração, construção civil, transportes e diferentes segmentos da agricultura respondem, ao menos formalmente, a protocolos que envolvem a certificação de seus produtos e o rastreamento de suas atividades.

Em muitos casos o rastreamento permitiu avanços, apesar da existência, até hoje, de procedimentos inaceitáveis.

Segundo Abramovay (2012), apesar dos benefícios sociais e ambientais da certificação ela possui efeitos desiguais evidentes, como por

exemplo: a certificação envolve custos que podem limitar severamente o acesso aos mercados dos produtores com menor poder econômico.

A partir dos anos 2000 se intensificaram e com maior sucesso as campanhas voltadas de forma explícita contra comportamentos julgados destrutivos praticados pelo setor privado. Empresas e marcas globais foram alvo de campanhas em que são apontadas abertamente. Isso as obrigou a responder a críticas, criar departamentos de relacionamento com a sociedade civil e alterar seus próprios métodos de avaliação de seus negócios. Hoje há empresas de consultoria especializadas em orientar as empresas privadas em suas relações com *stakeholders*.

Tem aumentado de maneira acelerada a diversidade dos setores em que a relação com os *stakeholders* se intensifica. A qualificação dos produtos é cada vez mais generalizada e profunda o que leva as empresas a adotarem atributos que vão além do que a legislação de cada país exige. Dentro desses processos de mudanças as empresas e as associações empresariais passam a procurar parâmetros de julgamento de suas atividades que vão muito além do balanço contábil ou da remuneração dos acionistas. O que implica a formulação de vários indicadores, como o uso de materiais e energia, balanço de emissões de gases de efeito estufa e a mensuração dos impactos que fazem as firmas tanto na biodiversidade como nas populações e comunidades encontradas ao longo de suas cadeias de valor.

Até as próprias organizações não governamentais alteram seus procedimentos, realizam negociações diretas com o setor privado, o que exige preparação técnica. Os riscos reputacionais então ampliam-se. Para as empresas se torna necessário saber escolher os *stakeholders* com os quais irão dialogar, selecionar os temas relevantes, demonstrar compromisso, abertura e visibilidade naquilo que a empresa faz, em cada um desses tópicos há riscos e conflitos imensos.

Para Abramovay (2012), os mercados não podem ser encarados como o domínio da vida privada, em oposição ao Estado e à sociedade civil. As empresas estão se organizando de forma cada vez mais profissionalizada para lidar com as pressões sociais decorrentes daquilo que produzem e das cadeias de valor que gerem, e é fundamental que as organizações da sociedade civil ampliem sua participação nesse campo, pois essa interação terá um papel decisivo na emergência de uma nova economia.

Abramovay ainda defende a ideia de que o conceito de responsabilidade social elaborado até os dias atuais é insuficiente para enfrentar o tema, e que ***a criação de valor para a empresa deve visar, direta e claramente, a criação de valor para a sociedade.*** Não é algo que ocorre à margem dos negócios, mas está em seu cerne. **Criar valor não deve ser encarado em apenas ter lucro.**

*“Se não agirmos agora, os danos causados pelas agressões ao meio ambiente serão devastadores para a economia do planeta. As grandes empresas dos Estados Unidos já estão se conscientizando disso e já adotaram medidas para diminuir a emissão de carbono. Há um ditado que diz: se quiser ir mais rápido, vá sozinho; se quiser ir mais longe, vá junto. Temos de ir rápido e juntos. Para as gerações futuras, temos de ser a geração que teve coragem de fazer o que muitos achavam que era impossível para salvar a Terra” Al Gore , 2007<sup>5</sup>*

---

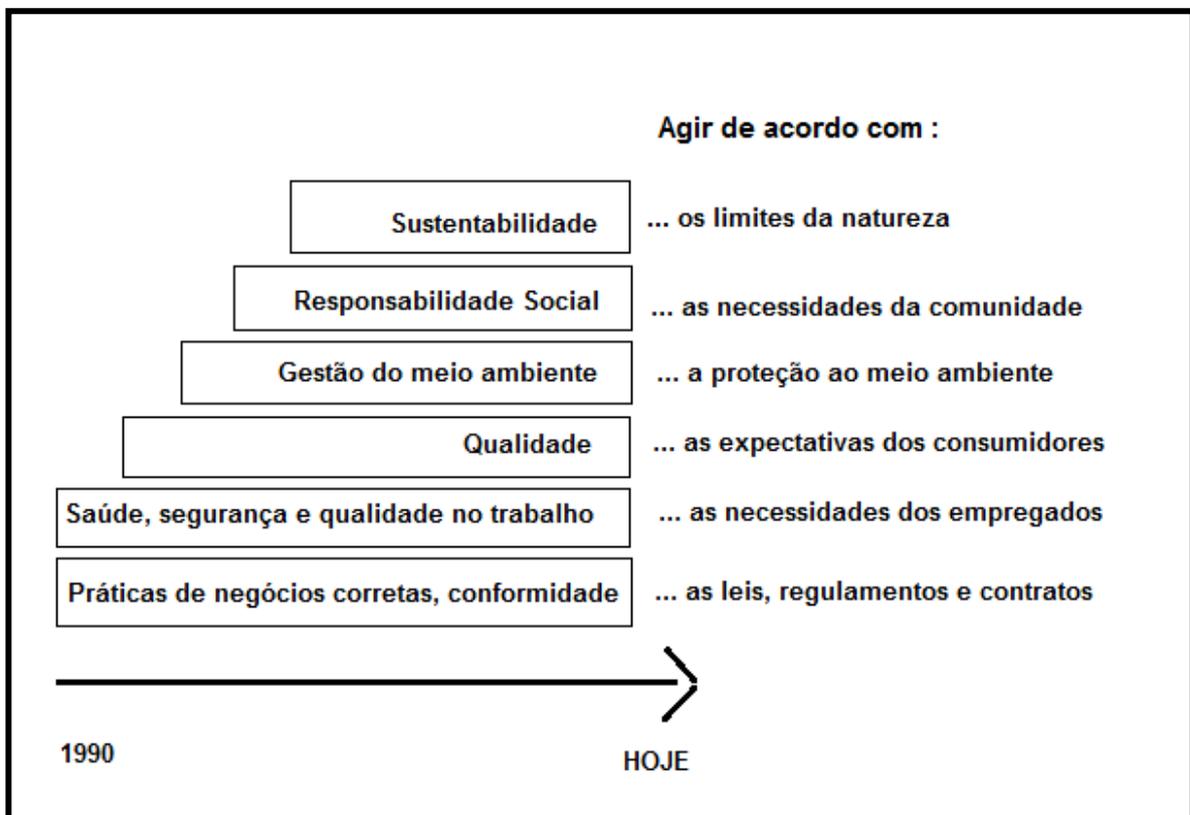
<sup>5</sup> ZYLBERSZTAJN, David. LINS, Clarissa. **Sustentabilidade e geração de valor: a transição para o século XXI.** Rio de Janeiro: Ed. Campus, 2010, p. xvii (Introdução).

---

SANTOS, Ana Paula Teixeira. A Sustentabilidade Ambiental dentro das organizações. RevInter Revista Intertox de Toxicologia, Risco Ambiental e Sociedade, v. 7, n. 3, p. 69-100, out. 2014.

*“Os próximos anos representam uma grande oportunidade para estabelecermos novas bases de crescimento capazes de transformarem a economia e a sociedade. Vamos atravessar o período de recessão por meio da redução de riscos e de investimentos que vão criar um planeta mais seguro, limpo e com uma economia mais forte”* Nicholas Stern – professor da London School of Economics<sup>6</sup>.

**Fig. 1** - Evolução das expectativas sociais  
Fonte: BARBIERI e CAJAZEIRA, 2009, p. 72.



A figura acima representa a evolução das expectativas das pessoas, em relação às empresas, ao comprarem um produto ou contratarem o serviço

<sup>6</sup> ZYLBERSZTAJN, David. LINS, Clarissa. **Sustentabilidade e geração de valor: a transição para o século XXI**. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 2010, p. xvii (Introdução).

SANTOS, Ana Paula Teixeira. A Sustentabilidade Ambiental dentro das organizações. *RevInter Revista Intertox de Toxicologia, Risco Ambiental e Sociedade*, v. 7, n. 3, p. 69-100, out. 2014.

de determinada empresa e pode ser usada para ilustrar as partes interessadas que compõem a Mesa Redonda.

### **Crescimento populacional, recursos limitados e nível de produção**

O crescimento demográfico, a limitação dos recursos indispensáveis à vida (humana e animal) e o aumento contínuo dos níveis de produção (ligado à automação, demanda e superconsumo) são as três principais problemáticas que ameaçam a sobrevivência das gerações das próximas décadas. Considerando essas três grandes problemáticas, Barbieri (2007) apresenta dois extremos ligados à perspectiva de futuro das populações de todo o globo terrestre.

A primeira perspectiva de futuro é defendida por Malthus e Hardin (perspectiva com inclinação pessimista), a segunda é defendida por Adam Smith e Julian Simon (perspectiva com inclinação otimista), cada qual com seus argumentos e apontamentos advindos da análise social.

Na perspectiva pessimista, temos Malthus<sup>7</sup> defendendo a ideia de que a paixão entre os sexos é necessária e não irá se alterar e assim ele conclui que a população, quando não controlada, tende a aumentar numa progressão geométrica, enquanto os recursos e os meios de subsistência crescem em proporção aritmética, o que acabaria resultando em escassez de alimentos. Ainda segundo Malthus, o equilíbrio entre oferta e demanda de alimentos seria restabelecido pelas guerras, doenças, pestes e outras catástrofes que ele denomina como “freios positivos”, uma vez que ele não acreditava na capacidade dos seres humanos, principalmente dos mais pobres, de refrear preventivamente seus impulsos em razão de restrições morais e controle da natalidade. Por isso mesmo Malthus condenava as políticas públicas em defesa dos pobres, como as Leis dos Pobres (Poor

---

<sup>7</sup> Malthus em sua obra “**Ensaio sobre a população**”, publicada em 1798.

Laws), introduzidas na Inglaterra no início do século XVII, e que incentivariam os pobres a aumentar ainda mais sua prole, ampliando o descompasso entre a população e os meios de subsistência. Ainda nessa linha de pensamento Malthus também condenava os sindicatos, pois em seu entender, conceder melhores salários aos trabalhadores estimularia o crescimento populacional. Malthus fez escola, embora suas previsões pessimistas não se tenham verificado, e o adjetivo *malthusiano* é utilizado para indicar pessoas pessimistas quanto ao futuro devido ao descompasso entre recursos e necessidades e devido à dificuldade de conter o crescimento populacional, principalmente das populações pobres.

Ainda hoje, o *neomalthusianismo* continua pessimista quanto ao futuro da humanidade e prega a necessidade de controle da população. Segundo seus argumentos, as altas taxas de natalidade geram populações muito jovens e como estas consomem mais do que produzem, o resultado final é o aumento da pobreza.

Hardin<sup>8</sup>, um autor *neomalthusiano*<sup>9</sup>, aponta que há certos problemas para os quais não há solução técnica, como por exemplo, as questões relativas à população mundial, pois uma Terra finita pode suportar apenas uma população finita e não é isso o que se observa diante da liberdade de ter filhos. Hardin considera essa liberdade intolerável e se opõe ao direito das famílias decidirem sobre essa questão. Para ele como não há solução técnica capaz de salvar a humanidade da miséria resultante da superpopulação, a liberdade de procriar arruinará a todos.

No outro extremo temos a perspectiva otimista de futuro em relação aos recursos necessários à vida humana. Essa perspectiva otimista se baseia

---

<sup>8</sup> Hardin em seu artigo “**The tragedy of the commons**”, publicado em 1968 na prestigiada revista *Science*.

<sup>9</sup> Neomalthusiano – adjetivo dado às pessoas que atualmente acreditam na Teoria Populacional Malthusiana, criada pelo demógrafo Thomas Malthus. Segundo essa teoria a superpopulação dos países é a principal causa da pobreza dos mesmos. Para os neomalthusianos, uma população numerosa seria um obstáculo ao desenvolvimento e levaria ao esgotamento dos recursos naturais, ao desemprego e à pobreza.

na crença de que qualquer problema de escassez no presente ou no futuro próximo será solucionado mais adiante, defende a ideia de que sempre haverá a possibilidade de substituição de insumos e processos produtivos. Funciona como um “efeito dominó<sup>10</sup>” onde à medida que o mercado visualiza a possibilidade de esgotamento de um certo recurso natural, o seu preço de mercado aumentaria e isso estimulará as atividades de pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico para melhor aproveitar esse recurso escasso e também para encontrar alternativas de substituí-lo. Essa visão otimista considera, na prática, todos os recursos infindáveis, pois diante da iminência de escassez de um certo recurso sempre será encontrado algum substituto.

Adam Smith<sup>11</sup> em sua obra “A riqueza das nações” faz análises e apontamentos a favor da perspectiva otimista. Adam afirma que, independentemente do solo, clima ou extensão territorial de uma nação, a abundância ou escassez de bens de que ela irá dispor dependerá de duas circunstâncias, sendo a primeira mais importante que a segunda :

1. Da habilidade, destreza e bom senso com que o trabalho é executado.
2. E da proporção entre os que executam e os que não executam o trabalho útil.

Segundo Adam Smith, sempre haverá demanda por alimentos e da mesma forma que os animais, os humanos se multiplicam proporcionalmente aos meios de subsistência. Assim, ele conclui que os

---

<sup>10</sup> Efeito Dominó – expressão usada para representar uma ação que gera uma sequência de acontecimentos que ocorrem um após o outro inevitavelmente, lembrando, no sentido figurado, ao que acontece quando se organiza as peças de um dominó todas em pé e uma atrás a outra com um pequeno espaço entre elas, e então, se empurra a primeira peça fazendo-a cair sobre a segunda peça, repentinamente esta cairá sobre a próxima e rapidamente todas estarão derrubadas.

<sup>11</sup> SMITH, Adam. **A riqueza das nações**: investigações sobre sua natureza e suas causas. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

alimentos sempre irão demandar trabalho e sempre haverá alguém disposto a produzi-los, de modo que a terra irá sempre produzir uma quantidade de alimentos mais que suficiente para remunerar o trabalho e repor o capital.

Julian Simon, economista da Universidade de Maryland e outro defensor da perspectiva otimista de futuro em relação aos recursos indispensáveis à vida, afirmava que os seres humanos sempre souberam resolver seus problemas. Prova disso é a melhor qualidade de vida de que a humanidade dispõe hoje comparada ao passado. E quanto mais pessoas, maior a capacidade para resolver problemas. Para Simon, o resultado final é surpreendente, pois as condições finais seriam melhores do que se a escassez nunca tivesse ocorrido. Os meios alternativos encontrados seriam até melhores do que a antiga forma aplicada (ou os recursos antes utilizados).

Barbieri (2007), explica que essas duas posturas (perspectiva pessimista e otimista) estão equivocadas, embora ambas trazem contribuições importantes para o debate sobre recursos naturais e vitais à vida. A obra de Malthus contribuiu para o desenvolvimento da dinâmica populacional e serve, até hoje, como base para se desenvolver modelos que buscam relacionar o crescimento das populações de qualquer espécie com os seus fatores limitantes, entre eles a oferta de recursos. O grande problema é quando esses modelos explicativos baseados nos conceitos de Malthus são transformados em modelos normativos aplicados aos seres humanos, como programas de esterilização em massa de populações pobres.

Barbieri ainda aponta que é comum as pessoas que afirmam que há gente em excesso no Planeta não se incluírem entre os que estão sobrando, e assim suas propostas e argumentos sempre se voltam contra os outros, os que não podem se defender.

### **Três maneiras como a Sustentabilidade melhora as empresas**

Ao encontrar, ou mesmo ao buscar, o equilíbrio entre o social, o econômico e o ambiental, os princípios da sustentabilidade podem melhorar

---

SANTOS, Ana Paula Teixeira. A Sustentabilidade Ambiental dentro das organizações. RevInter Revista Intertox de Toxicologia, Risco Ambiental e Sociedade, v. 7, n. 3, p. 69-100, out. 2014.

a gestão da empresa de três maneiras básicas – ajudando a **protegê-la**, a **gerenciá-la** e a **promover seu crescimento**<sup>12</sup>.

### **Proteção da empresa**

A proteção da empresa inclui a redução dos riscos de prejudicar os clientes, os empregados e as comunidades; a identificação o mais cedo possível de riscos iminentes e de falhas gerenciais pendentes; a limitação de intervenções regulatórias; e a preservação da licença de operação implícita ou explícita, concedida pelo governo ou pela comunidade em geral.

### **Gestão da empresa**

A gestão da empresa abrange redução de custos, melhoria da produtividade, eliminação de desperdícios desnecessários e garantia de acesso a fontes de capital a custos mais baixos.

### **Promoção do crescimento da empresa**

A promoção do crescimento da empresa inclui a abertura de novos mercados, o lançamento de novos produtos e serviços, a aceleração do ritmo de inovação, a melhoria da satisfação e da lealdade dos clientes, a ampliação da fatia de mercado mediante a conquista de novos clientes para os quais a sustentabilidade seja valor pessoal ou empresarial importante, o desenvolvimento de novas alianças com parceiros de negócios e com outros *stakeholders*, além da melhoria da reputação e do valor da marca.

### **Importância da Sustentabilidade na Estratégia Empresarial**

A Sustentabilidade aplicada na estratégia empresarial implica reforçar o planejamento de longo prazo e ampliar o leque de fatores considerados. A estratégia do negócio passará a ter o foco muito além na

---

<sup>12</sup> SAVITZ, Andrew. WEBER, Karl. **A empresa sustentável – Verdadeiro Sucesso e Lucro com Responsabilidade**. Rio de Janeiro: Ed. Campus. 2007, p. 40.

---

SANTOS, Ana Paula Teixeira. A Sustentabilidade Ambiental dentro das organizações. *RevInter Revista Intertox de Toxicologia, Risco Ambiental e Sociedade*, v. 7, n. 3, p. 69-100, out. 2014.

empresa em si mesma e na primeira camada da esfera de relacionamento, que cobre as cadeias de suprimento e a distribuição e venda.

“Hoje, há consenso no sentido de que toda empresa deve estar engajada no esforço maior para manter a civilização humana e aumentar a qualidade de vida, de forma compatível com a capacidade de suporte do planeta. Isso se aplica em especial à indústria e ao agronegócio e significa compatibilizar as demandas por água, energia e recursos naturais com os estoques disponíveis e renováveis do planeta e também com a capacidade para absorção da geração de resíduos sólidos, efluentes e emissões atmosféricas. Ou seja, cada indivíduo isoladamente e cada organização, tenha caráter produtivo e lucrativo ou não, são chamados a assumir novos deveres, mudar hábitos e ajustar comportamentos. Isso significa abandonar uma atitude reativa e adotar posições proativas.” (ZYLBERSTAJN e LINS, 2010, p.158 )

“Já é possível afirmar que a Responsabilidade Social no Brasil superou uma primeira fase de assimilação e agora começa a ser, de fato, incorporada ao dia a dia das organizações. Do ponto de vista quantitativo, há um maior engajamento de empresas em projetos sociais. Sob a ótica qualitativa, a implementação de ações socialmente responsáveis integradas ao **planejamento estratégico** das empresas vem tendo um avanço importante... Hoje mais empresários tem clareza do valor que a gestão sustentada pela Responsabilidade Social agrega aos negócios<sup>13</sup>.”

---

<sup>13</sup> Responsabilidade Social. <[www.ethos.org.br/site/conferencia/rsocial.htm](http://www.ethos.org.br/site/conferencia/rsocial.htm)> visitado em 10 de agosto de 2000.

A tabela 1 abaixo, informa que para as empresas administradas a partir de uma visão tradicional e reativa pensar nos problemas ambientais e adotar práticas que minimizem seus impactos representa um aumento de despesas e investimentos sem retorno. Para elas os problemas ambientais são solucionados a partir do cumprimento da legislação vigente. As empresas com visão tradicional e reativa acreditam que configura um cenário de concorrência desleal quando seus competidores não cumprem a atual legislação ambiental e social. As empresas com visão sustentável e proativa, por sua vez, acreditam que solucionar problemas ambientais é uma maneira de se reduzir custos, desperdícios e perdas além de representar uma forma de prevenir riscos para o negócio. Também acreditam que as empresas devem adaptar seus processos antes das exigências legais e de forma ainda mais rigorosa que as legislações. As empresas sustentáveis e proativas veem a questão ambiental como meio de encontrar oportunidades de negócios e assim conquistarem um forte diferencial frente aos seus competidores. Elas acreditam também que se suas ações, seus processos, sua logística e sua cadeia de suprimentos seguirem orientações rumo à excelência ambiental ela, a empresa, conseqüentemente irá se valer dos benefícios de um legítimo marketing ecológico, como ter uma imagem positivamente forte e ser reconhecida publicamente como empresa responsável ambiental e socialmente.

**Tabela 1** – Dois tipos de visão empresarial: Visão Tradicional (REATIVA) e Visão Sustentável (PROATIVA)

VISÃO TRADICIONAL E REATIVA	VISÃO SUSTENTÁVEL E PROATIVA
Problemas ambientais são absorvedores de despesas e investimentos sem retorno.	A solução dos problemas ambientais deve ser encarada como forma de reduzir custos, desperdícios e perdas, e prevenir riscos para o negócio, conciliando <i>ecologia com economia</i> .
A solução dos problemas ambientais resume-se ao cumprimento da legislação vigente.	As empresas devem se antecipar às novas legislações em gestação, sempre mais rigorosas, tendo em vista a globalização da economia e a consolidação nas leis dos avanços das novas tecnologias disponíveis e economicamente viáveis.
O não cumprimento da legislação ambiental e social por competidores é uma ameaçadora forma de concorrência desleal.	As oportunidades de negócios no campo ambiental podem representar forte diferencial frente aos competidores, ao lograr melhor acolhida entre clientes e investidores ambientalmente responsáveis; o respeito a normas ambientais mais rigorosas pode eliminar concorrentes.
A poluição e os acidentes ambientais são algo danoso para a imagem da empresa.	A excelência ambiental é a base para promover o <i>marketing</i> ecológico legítimo, que não deve ser confundido com mera propaganda.

Fonte: ZYLBERSZTAJN e LINS, 2010, p.159.

### Os três domínios da Responsabilidade Social das Empresas

Estudiosos e pesquisadores do tema *Sustentabilidade* sabem que este tema também aborda a questão da Responsabilidade Social. Muitas pessoas e até grandes organizações não compreendem ao certo o que é Responsabilidade Social Empresarial, o que representa este tema e o que está incluso nessa abordagem.

Para o Instituto Ethos, responsabilidade social é definida da seguinte forma:

---

SANTOS, Ana Paula Teixeira. A Sustentabilidade Ambiental dentro das organizações. RevInter Revista Intertox de Toxicologia, Risco Ambiental e Sociedade, v. 7, n. 3, p. 69-100, out. 2014.

[...] é a forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais ela se relaciona e pelo estabelecimento de metas empresariais compatíveis com o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para as gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais.<sup>14</sup>

Barbieri e Cajazeira (2009), apresentam o *modelo dos três campos ou os três domínios da Responsabilidade Social Empresarial*<sup>15</sup>. Este modelo foi criado por Schwartz e Carroll em 2003 com o intuito de representar adequadamente os elementos relacionados à Responsabilidade Social Empresarial.

Em seu modelo, Schwartz e Carroll apontam que a Responsabilidade Social Empresarial possui três domínios (ou três campos de forte atuação): **o domínio econômico, o legal e o ético.**

O *campo econômico* se refere às atividades voltadas para produzir resultados e retornos financeiros positivos (diretos e indiretos), como a maximização de lucro ou do valor das ações. São exemplos claros de ações econômicas diretas as atividades para incrementar as vendas da empresa ou para evitar litígios. São exemplos de ações econômicas indiretas aquelas que visam melhorar a imagem da empresa frente aos consumidores e acionistas ou elevar a motivação de seus funcionários.

O *campo da responsabilidade legal* se refere às ações da empresa para cumprir as normas e princípios legais, podendo se dividir em três

---

<sup>14</sup> INSTITUTO ETHOS DE EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL. Processos gerenciais: Responsabilidade Social Empresarial, junho de 2005, p.25.

<sup>15</sup> BARBIERI, José Carlos. CAJAZEIRA, Jorge Emanuel Reis. **Responsabilidade social empresarial e empresa sustentável: da teoria à prática.** São Paulo: Ed. Saraiva, 2009, p. 56.

---

SANTOS, Ana Paula Teixeira. A Sustentabilidade Ambiental dentro das organizações. RevInter Revista Intertox de Toxicologia, Risco Ambiental e Sociedade, v. 7, n. 3, p. 69-100, out. 2014.

categorias: ações de conformidade legal, medidas para evitar litígios<sup>16</sup> e medidas antecipatórias às leis regulamentadoras.

O **campo ético** se refere às responsabilidades da empresa diante das expectativas da população, das comunidades e de seus *stakeholders*, envolvem medidas e condutas éticas domésticas e globais. O domínio ético pode ser dividido em três padrões éticos gerais: **o padrão convencional, o consequencialista e o padrão deontológico**. O padrão convencional são as normas sociais e os padrões considerados como necessários para o funcionamento das indústrias no segmento e localidade onde elas atuam, pelas associações profissionais e pela sociedade, incluindo os acionistas, clientes, empregados competidores e demais *stakeholders*. Como essas normas sociais variam entre diferentes grupos sociais, uma forma das empresas contornarem essa limitação é elaborando e divulgando Códigos de Ética formais, muitas vezes apresentados pela área de RH no processo de integração de novos colaboradores.

O padrão ético consequencialista é aquele onde as ações são julgadas ou decididas pensando-se em suas consequências. Nele, uma ação é considerada consequencialista se promover o bem social ou se produzir a maior quantidade de benefícios líquidos, ou o menor custo líquido, comparativamente às outras alternativas.

O padrão ético deontológico está ligado diretamente às noções de **obrigação e dever** como motivos das ações da empresa. É aqui, que a empresa tem bem claro os direitos de todas as partes envolvidas, direta e indiretamente, em seu negócio. Por exemplo: ao planejar a instalação de uma indústria química, a empresa deverá considerar que é direito dos moradores locais que a empresa se preocupe e preze por adotar todas as medidas necessárias para garantir a segurança e a saúde de toda

---

<sup>16</sup> Litígio – contestação de que pode resultar um processo judicial ou arbitramento. Pendência, atitude negligente, disputa, demanda. Fonte: FERREIRA, Aurélio Baird Buarque. *Mini Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1993, p. 337.

comunidade local, ao mesmo tempo em que, por outro lado, há uma vasta legislação que regulamenta todos os requisitos e exigências necessários para que esta indústria seja construída, equipada e monitorada de maneira a não causar dano ou prejuízo local, quer aos moradores das regiões vizinhas quer às outras empresas, aos animais e às fontes de água local que ali já estavam. Da mesma forma, é natural da empresa que segue o padrão ético deontológico se preocupar em seguir corretamente todas as obrigações legais apontadas pelas leis trabalhistas vigentes (direito dos funcionários e dever da empresa que age com ética e moral). O padrão ético deontológico está inevitavelmente ligado aos termos **Ética e Moral**<sup>17</sup> e esses dois termos estão relacionados a costumes, hábitos, condutas e modo de vida.

O substantivo Moral se refere ao conjunto de normas e valores aceitos pela sociedade e que orientam a conduta humana. O adjetivo Moral é a característica de uma conduta orientada por normas e valores morais, qualificando-a como boa, certa, correta ou desejada. O substantivo Ética indica o estudo a respeito da moral, por isso também é conhecido como filosofia moral ou ciência moral. As palavras amoral e imoral precisam ser esclarecidas. O sentido literal do adjetivo Amoral é ausência de considerações de ordem moral. Trata-se de ação, decisão ou julgamento que não envolve questões morais. Torcer por um time de futebol e ouvir pagode são exemplos de fatos amorais ou não-morais. Já o adjetivo Imoral indica uma oposição às normas morais, como é o caso da ação de votar em um candidato a deputado sabidamente corrupto.

Carroll, um dos autores mais conhecidos no campo da ética e da Responsabilidade Social Empresarial afirma que uma empresa com uma administração imoral é aquela cujas decisões, ações e comportamentos se opõem abertamente às normas morais vigentes e os administradores tem

---

<sup>17</sup> BARBIERI, José Carlos. CAJAZEIRA, Jorge Emanuel Reis. **Responsabilidade social empresarial e empresa sustentável: da teoria à prática**. São Paulo: Ed. Saraiva, 2009, p. 85, 87 e 88.

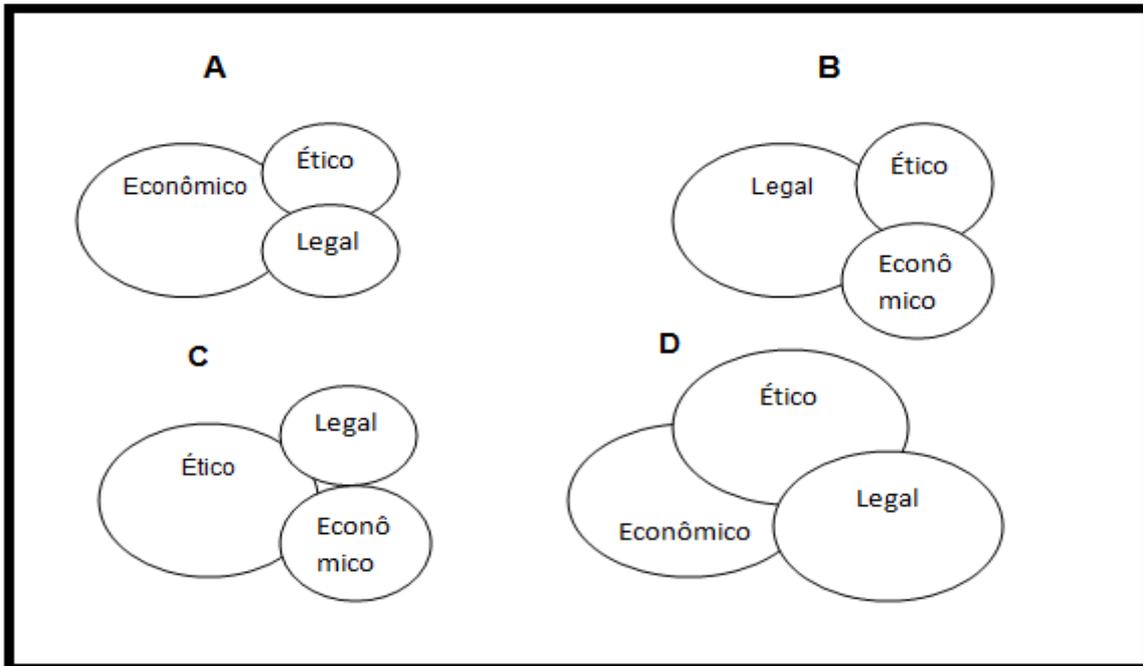
---

SANTOS, Ana Paula Teixeira. A Sustentabilidade Ambiental dentro das organizações. *RevInter Revista Intertox de Toxicologia, Risco Ambiental e Sociedade*, v. 7, n. 3, p. 69-100, out. 2014.

plena consciência desse fato. Decidem e agem movidos apenas para obter benefícios para a empresa ou para si próprios sem considerar os danos que causam aos demais envolvidos e os direitos dos mesmos.

A administração de uma empresa é amoral quando nem é a favor e nem contra aos preceitos morais, pelo fato de que os administradores não se dão conta das implicações das suas decisões e ações sobre outras pessoas, organizações e grupos. Há, neste caso, uma forte necessidade de percepção ou de consciência por parte da empresa no caso dos amerais involuntários ou não intencionais.

Retomando à abordagem de Responsabilidade Social Empresarial apresentada por Schwartz e Carroll, onde são apresentados o domínio econômico, o legal e o ético, é muito comum que as empresas em suas ações e programas acabem dando maior ênfase em UM dos três campos (como mostra a figura abaixo). Embora o ideal é que a empresa sempre busque o equilíbrio entre os três campos da responsabilidade social (figura D).



**Fig. 2** - Responsabilidade Social Empresarial : perfis das empresas  
Fonte: BARBIERI e CAJAZEIRA, 2009, p. 60.

### Considerações Finais

Numa abordagem geral sobre Sustentabilidade, pode-se dizer que, ao contrário do que muitas pessoas pensam, o tema Sustentabilidade não é, apenas, sinônimo de meio-ambiente. Pensar em Sustentabilidade não é sinônimo de “*pensar verde*”, pois esse tema possui uma verdadeira **amplitude de assuntos e questões interligadas e bem conectadas entre si.**

Ser uma empresa sustentável não é apenas ter uma Política Ambiental muito bem elaborada e constantemente monitorada e mensurada, mas representa também, práticas honestas e legais de trabalho; remunerações justas e ambiente de trabalho seguro e adequado aos funcionários; inclui pensar em toda a cadeia de suprimentos; pensar nas comunidades e populações envolvidas em cada etapa dos processos do negócio; geração de emprego e renda a jovens e comunidades carentes; não-exploração de mão de obra infantil; promoção de ações e programas sociais que visem minimizar os impactos da concentração de renda; inclui expandir

SANTOS, Ana Paula Teixeira. A Sustentabilidade Ambiental dentro das organizações. RevInter Revista Intertox de Toxicologia, Risco Ambiental e Sociedade, v. 7, n. 3, p. 69-100, out. 2014.

ou fomentar a educação básica do país; favorecer e impulsionar o ingresso dos jovens na educação superior, especialmente os jovens oriundos de comunidades ou populações carentes; se preocupar a fundo com toda a cadeia de valor da empresa buscando parceiros e estabelecendo alianças sustentáveis com outras empresas, fornecedores e prestadores de serviços que sejam claramente *responsáveis social, econômica e ambientalmente*. A união do Social, Econômico e Ambiental é inviolável quando falamos em Sustentabilidade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. *Muito além da economia verde*. São Paulo: Ed. Abril, 2012.

BARBIERI, José Carlos. *Gestão ambiental empresarial: conceitos, modelos e instrumentos*. 2ª edição. São Paulo: Ed. Saraiva, 2007.

BARBIERI, José Carlos. CAJAZEIRA, Jorge Emanuel Reis. *Responsabilidade social empresarial e empresa sustentável: da teoria à prática*. São Paulo: Ed. Saraiva, 2009.

FERREIRA, Aurélio Baird Buarque. *Mini Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1993.

MARQUES, José Roberto. *Sustentabilidade e Temas Fundamentais de Direito Ambiental*. Minas Gerais: Editora Millennium, 2009.

SAVITZ, Andrew. WEBER, Karl. *A empresa sustentável – Verdadeiro Sucesso e Lucro com Responsabilidade*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 2007.

SACHS, Ignacy. *Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 2002.

SACHS, Ignacy. *Desenvolvimento incluyente, sustentável e sustentado*. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 2004.

---

SANTOS, Ana Paula Teixeira. A Sustentabilidade Ambiental dentro das organizações. RevInter Revista Intertox de Toxicologia, Risco Ambiental e Sociedade, v. 7, n. 3, p. 69-100, out. 2014.

TINOCO, João Eduardo. KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. *Contabilidade e Gestão Ambiental*. São Paulo: Editora Atlas, 2004.

ZYLBERSZTAJN, David. LINS, Clarissa. *Sustentabilidade e geração de valor: a transição para o século XXI*. Rio de Janeiro: Ed. Elsevier, 2010.